

Brasil propõe trocar dívida por títulos novos

O Brasil apresentou ontem aos bancos credores privados, em Nova York, sua proposta de renegociação, que estabelece a transformação de toda a dívida externa do setor público (US\$ 51 bilhões) em novos títulos (securitização). O plano exclui da renegociação os US\$ 9 bilhões da dívida do setor privado e prevê que o pagamento desse débito (tanto o principal quanto os juros) poderá ser retomado tão logo a renegociação seja oficialmente iniciada. Este ponto deverá ser um grande atrativo para os bancos credores, na medida em que significará recebimento de dinheiro vivo em vez de papéis, como os títulos.

A reunião da missão técnica brasileira com o Comitê Assessor dos Bancos Credores, iniciada na quarta-feira em Nova York, é apenas de apresentação. Caberá agora aos bancos aceitar ou não o início das negociações e marcar data para isso.

A securitização da dívida junto aos mais de 600 bancos credores seria realizada com três diferentes tipos de títulos, que não terão carência. O primeiro

seria o de longo prazo - com juros mais altos -, que poderia ser resgatado antes da data original, mediante leilão e oferta de descontos. O segundo título seria de médio prazo, com juros menores. E o último, um papel de curto prazo e juros menores ainda, com a função de bônus de saída. Com esse título, o banco poderia rapidamente se livrar da dívida. Os papéis de médio e curto prazos não poderiam ser resgatados antes do prazo, em leilões.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, recusaram-se ontem, em Brasília, a informar os prazos e os juros oferecidos em cada título, durante entrevista em que anunciaram as linhas gerais da proposta de renegociação. A ministra também se reuniu com os embaixadores dos EUA, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá (os sete países com assento no Clube de Paris), para apresentar-lhes a proposta de renegociação da dívida e pedir que ajudem o Brasil nas negociações.



A ministra Zélia anunciou a fórmula proposta aos credores, mas se recusou a falar de juros e prazos.

Os débitos do setor privado não serão discutidos

Estes são os pontos principais da proposta brasileira:

- **Restrição fiscal** - O câmbio deixa de ser o parâmetro para determinar a capacidade de pagamento do Brasil, que utilizará o superávit fiscal. O governo vai gerar cruzeiros para serem convertidos em dólares que pagarão a dívida.

- **Revisão do último acordo** - Cancela-se o último acordo com os credores, feito em 1988 pelo então ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

- **Exclusão do setor privado** - A dívida contraída pelas empresas privadas (cerca de US\$ 9 bilhões) não será incluída na renegociação.

- **Linhas de curto prazo** - Os financiamentos de curto prazo para o comércio exterior não serão renegociados.

- **Atrasados** - Os juros que o

Brasil deixou de pagar, quase US\$ 8 bilhões, serão somados ao principal e renegociados.

- **Bônus** - O Brasil trocará toda a dívida com os bancos privados por três tipos diferentes de títulos: de longo prazo, com juros normais do mercado internacional. Se os bancos preferirem receber antes do vencimento, poderão concorrer, em leilões, mas terão de oferecer desconto da dívida. De médio prazo, com juros menores, só resgatáveis no vencimento. De curto prazo, com bônus de saída, com pequenas taxas de juros, compatíveis com a capacidade de pagamento do País. A ideia de trocar parte da dívida por títulos, mas com desconto, foi lançada em 1987 pelo então ministro da Fazenda, Bresser Pereira, durante um seminário em Viena, e imediatamente rejeitada pelos credores.